



SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO - SINDICAL NO PARANÁ NOS ANOS DE 1980 E 1990

Tatiane Martins¹

Esther Luiza de Souza Lemos²

RESUMO

Este artigo propõe realizar aproximação ao movimento de organização político-sindical do Serviço Social na década de 1980 e 1990 como expressão do grau de consciência de classe no período. No contexto do novo sindicalismo no Brasil, defesa de um sindicato classista em contraposição ao histórico sindicato “pelego”, a categoria construiu o enfrentamento às desigualdades sociais na articulação com a luta mais geral da classe trabalhadora rompendo suas bases conservadoras, reconhecendo o caráter contraditório da intervenção profissional e sua condição de trabalhador(a) assalariado(a). Analisa o processo de criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná. O estudo parte de uma pesquisa de natureza qualitativa realizada no âmbito Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *Campus* de Toledo.

Palavras-chave: Serviço Social; Organização Política; Consciência de Classe;

ABSTRACT

This article proposes to approach the movement of political-union organization of Social Work in the 1980s and 1990s as an expression of the degree of class consciousness in the period. In the context of the new unionism in Brazil, defense of a class union in opposition to the historical union “pelego”, the category constructed the confrontation of social inequalities in articulation with the more general struggle of the working class, breaking its conservative bases, recognizing the contradictory character of professional intervention and their status as a salaried worker. Analyzes the process of creation and subsequent suspension of the activities of the Union of Social Workers in the State of Paraná. The study is based on a qualitative research carried out within the scope of the Postgraduate Program in Social Work – Master's Degree at the State University of Western Paraná - *Campus* de Toledo.

¹Assistente Social, mestranda da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - *Campus* de Toledo.

²Assistente Social, doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - *Campus* de Toledo.
E-mail: estherlemos@gmail.com



Keywords: Social service; Political Organization; Class Consciousness;

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva estabelecer reflexões aproximativas referente ao movimento histórico e teórico de organização da classe trabalhadora, como também do Serviço Social na sociedade capitalista, especialmente no processo de ruptura com o conservadorismo no período de redemocratização do país e efervescência dos movimentos sociais e populares de resistência e luta pelo fim da ditadura militar, o que influencia o giro histórico da categoria profissional conforme explica Iamamoto (2014). Este movimento se expressa no reconhecimento da condição de assalariamento e de trabalhador(a) inserido(a) na divisão social e técnica do trabalho na sociabilidade capitalista, com atuação profissional diretamente vinculada aos processos de reprodução das relações sociais, rompendo assim, de forma hegemônica, com suas bases tradicionais.

O estudo relaciona-se com o projeto de pesquisa “A organização político-sindical de assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo³ no Brasil e no Estado do Paraná”, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *Campus* de Toledo, sendo iniciado no ano letivo de 2020 e impactado pelo contexto da pandemia da Covid 19.

Considerando a necessidade de produção de conhecimento sobre este fértil período, determinante no fortalecimento da organização política da categoria nos tempos atuais, a problematização da pesquisa refere-se à seguinte questão: quais fatores influenciaram a tomada de decisão pela criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nos anos 1980 e 1990? e tem como objetivo geral analisar os determinantes sócio-histórico, que contribuíram para a organização político-sindical da categoria profissional com a criação Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Paraná - SINDASP, no ano

³ “[...] o Novo Sindicalismo, no final dos anos 1970, advinha da contraposição ao sindicalismo pelego, de sustentação da ordem do capital e da ditadura. [...] Essa designação passa a ter influência na teoria dos chamados “novos movimentos sociais”, que questionam os movimentos clássicos da classe, o sindicato e o partido.” (ABRAMIDES, 2016, p.463)



de 1983 e sua suspensão no ano de 1994, seguindo a deliberação nacional no contexto da Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS, também criada e extinta no mesmo período.

A pesquisa está em processo de execução, sendo baseada na realização de pesquisa de campo, sendo realizadas entrevistas com protagonistas deste processo no Paraná, e pesquisa documental, além do levantamento e estudo das referências bibliográficas sobre a temática. No presente trabalho, são apresentadas as primeiras aproximações ao objeto de estudo, a partir da análise de documentos, partindo de fontes primárias e secundárias, por meio de dados e informações que não haviam sido tratados cientificamente e analiticamente a partir de documentos institucionais como atas, relatórios, documentos oficiais, informativos e etc.

A orientação teórico-metodológica da pesquisa baseia-se na análise marxiana da possibilidade da “Consciência de Classe”, como expressão da apreensão das condições e contradições vivenciadas pela classe trabalhadora e seu projeto revolucionário considerando que [...] não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Situando historicamente a realidade brasileira e paranaense, objetiva-se apreender as determinações postas no processo mobilizador e aglutinador de forças que foi a experiência político-organizativa do período para a categoria profissional.

2. SERVIÇO SOCIAL, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL

O movimento de organização política do Serviço Social na história permite estabelecer conexões dos caminhos traçados pela profissão e que tem como pressuposto, ao mesmo tempo, atender aos interesses do capital e do trabalho. A literatura profissional e a pesquisa que coloca o Serviço Social como objeto de estudo, reconhece seu caráter contraditório e avança na tomada de consciência de classe.

Tendo como referência os avanços na profissão, que possui natureza interventiva, constituindo-se também como área de produção de conhecimento, o reconhecimento da condição de assalariamento do(a) assistente social, foi



determinante para apreensão da dimensão política do trabalho profissional e a consequente politização como categoria. O reconhecimento do profissional enquanto trabalhador assalariado que se incorpora à organização e lutas da classe, está fundamentada na concepção teórico-crítica de Marx e da tradição marxista. A crítica da economia política permite a análise do tempo presente com o objetivo de “circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista.” (NETTO, 2011, p.17).

Ao longo da história, as consequências do processo de exploração, dominação e opressão da classe trabalhadora tem produzido sua crescente desumanização e alienação, não sendo reconhecido e valorizado como ser social. Para Marx, o trabalho é humanizador, porém, na sociedade capitalista, torna-se um processo de negação de sua condição ontocriativa.

Assim, as relações capitalistas são determinadas pela exploração, dando lugar ao individualismo, dominação de uma classe sobre a outra e desigualdades sociais. Deste modo, sob a compreensão de que a força de trabalho torna-se uma mercadoria como outra qualquer produzida no mercado, compreende-se que estes mesmos trabalhadores não têm acesso aos bens materiais que produzem, permanecendo desta forma em um processo alienante na atividade produtiva, privados da satisfação de suas necessidades.

A partir das contribuições de análise teórica de Netto (1992) e Iamamoto (2014), é possível compreender que o Serviço Social como profissão especializada, tem suas protoformas, inteligibilidade, institucionalização e legitimação diretamente conectado ao movimento sócio-histórico da ordem burguesa. Sendo constituída no tempo e espaço, é atravessada pelas relações de produção e reprodução estabelecidas pela sociabilidade capitalista em âmbito mundial. Na particularidade brasileira e latinoamericana, enfrenta impactos significativos de aviltamento e superexploração da força do trabalho, impondo relações de dependência e subalternidade. As expressões da “questão social”⁴, se expressam de modo a

⁴ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO, 2007, p. 77).



intensificar a apropriação privada da riqueza, nas mãos de cada vez menos ricos em detrimento da expansão da pobreza e da miséria para a maioria da classe trabalhadora.

Na contradição e antagonismo destas relações sociais, o significado social da profissão se expressa, sendo analisado por Iamamoto (2007) como participante da reprodução social da vida da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que se reconhece como trabalhador(a) assalariado(a).

Não basta apenas que os(as) trabalhadores(as) reconheçam este movimento contraditório e irreconciliável das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, pois a consciência de classe vai além da percepção de se reconhecer como classe trabalhadora. Marx esclarece que é necessário avançar de uma “classe em si”, de uma massa que se constitui a partir de interesses em comum frente ao capital e que visam apenas respostas para seus interesses imediatos, tendo apenas uma consciência psicológica de sua situação de exploração e pobreza, para a consciência de “classe para si”. Nesta condição, os trabalhadores se unem a partir de interesses em comum e/ou de classe, tendo a capacidade de realizar mudanças significativas na sociedade, pois realizam uma ação consciente de seus objetivos enquanto classe, compreendendo as relações e contradições em que estão inseridos.

É possível afirmar que este movimento é a verdadeira consciência revolucionária em que fica evidente que esta forma de sociabilidade precisa ser transformada de forma radical, reafirmando-se desse modo a tese de Marx e Engels (2008), no Manifesto Comunista de 1848 que “a burguesia produz seus próprios coveiros”. Só a partir de lutas coletivas e articuladas entre sujeitos históricos, a partir de unidade política e construção democrática que tenha como direção a construção de uma outra sociabilidade sem classes, para além do capital, será possível alcançar um patamar de liberdade, universalidade, igualdade e justiça social.

Na literatura do Serviço Social brasileiro, poucos autores se dedicaram a colocar como central o estudo da organização político-sindical de assistentes sociais. As obras de Abramides & Cabral (1995; 2019), Abramides (2016; 2019),



Cardoso (2016) e CRESS RJ (2011) são referências nesta temática. A partir da realidade brasileira, analisam o sindicato como forma histórica de organização política da classe trabalhadora na luta e reivindicação por seus direitos, confrontando a classe dominante tanto na dimensão econômica quanto política. No Brasil, o novo sindicalismo significou a possibilidade histórica de crítica ao “sindicato pelego” e ao mesmo tempo a possibilidade de organização de um sindicato classista. A partir desta referência e neste contexto, floresceu a organização político-sindical das(os) assistentes sociais brasileiras(os).

As “metamorfoses do mundo do trabalho” como argumenta Antunes (1999), alteram consideravelmente as relações entre o capital e o trabalho e os trabalhadores, que vivem da venda de sua força de trabalho e sentem constantemente ameaçados com as alterações impostas pelo capital mundial “flexível”, que se inspira no sistema fordista-taylorista, voltada para produção do consumo em massa, canalizando para o Estado o financiamento e gestão de políticas sociais que contribuam para o controle e reprodução da força de trabalho. Este processo flexibilizou a organização da produção e do trabalho, na chamada reestruturação produtiva intensificada em suas contradições com a emergência do neoliberalismo.

Este movimento resulta em inúmeras desvantagens, especialmente para as conquistas sociais da classe trabalhadora gerando “a precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 1999, *apud* LOPES, 216, p. 243), reforçando assim o individualismo sob uma lógica conservadora e impondo exigências organizativas que apreendam esta totalidade.

Ao analisar este processo, Ricardo Antunes, afirma que os sindicatos “devem romper radicalmente com todas as formas de neocorporativismo que privilegiam suas respectivas categorias profissionais e com isso diminuem ou abandonam os conteúdos mais acentuadamente classistas” (1999, p.245).

As(os) assistentes sociais como classe trabalhadora, enfrentaram e enfrentam os desafios de sua organização política, tendo constituído historicamente experiências singulares, que expressaram um salto qualitativo no processo de consciência de classe no âmbito da organização político-sindical da categoria no país. Entende-se que este acúmulo político-organizativo é patrimônio da categoria e



necessita ser estudado, pesquisado e registrado na memória histórica da profissão. A seguir serão apresentadas as primeiras aproximações ao processo político-organizativo-sindical da categoria no Paraná nos anos 1980 e 1990.

3. A CRIAÇÃO E SUSPENSÃO DO SINDASP - SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Em um cenário nacional ainda de ditadura militar, com profundas marcas de crise estrutural do capitalismo ao nível mundial e que gera um conjunto de tensões oriundas das relações entre capital e trabalho, analisado por Netto (1996), são consolidadas pelo capitalismo burguês com inflexões significativas a partir da década de 1970 e 1980, com o aprofundamento das desigualdades econômicas, políticas e sociais, surgindo verdadeiras transformações societárias com a mundialização do capital. Esta abre ao mundo uma competição intermonopolista de ordem global, com vistas ao superlucro e sem fronteiras, utilizando desde a revolução tecnológica, científica e técnica combinado as mais novas estratégias de acumulação, flexibilização, reestruturação produtiva, expropriando deste modo o trabalho vivo de forma desenfreada.

O Serviço Social alcança sua maturidade profissional, pois também vivencia e participa do movimento social e político de redemocratização do país e a efervescente luta coletiva para o fim da ditadura militar, acompanhada pelo contexto do chamado novo sindicalismo, e toma a direção de participação de forma orgânica no movimento de lutas populares, contribuindo assim para a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT em 1983, por meio da Associação Nacional de Assistentes Sociais brasileiros - ANAS⁵, reconhecida como espaço político-sindical de pró-federação e de abrangência nacional, neste momento vincula-se à CUT, trazendo uma nova compreensão de pertencimento e consciência de classe, o que impulsiona a organização da classe trabalhadora que passa a se organizar, estabelecendo um novo protagonismo no processo de luta e resistência contra o capital e sua forma de sociabilidade

⁵ ANAS - Fundada em 1983 e extinta em 1994. Ver especificamente (ABRAMIDES, 1995)



Neste contexto de precarização e exploração do trabalho, as(os) assistentes sociais também passam a se organizar em todo o Brasil, realizando um intenso trabalho de reativação a partir de 1977 de suas entidades pré-sindicais e/ou Associações Profissionais e sindicais e no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais que aconteceu em São Paulo em 1979, sendo deliberada pela criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS (1978-1983), como fórum máximo de deliberações e com o objetivo de articular e unificar as bandeiras de lutas e demandas trabalhistas em âmbito nacional da categoria profissional.

Abramides & Cabral (1995), esclarecem que em 1979 já haviam 22 entidades sindicais e pré-sindicais, denominadas “Associações dos Profissionais Assistentes Sociais – APAS”. Entre estes o Sindicato de Assistentes Sociais - SINDASP foi criado em 1983 no Município de Curitiba/PR, mas antes da formalização como sindicato, em 1977 havia sido criada uma Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná - APASP, reconhecida como entidade pré sindical de âmbito Estadual, iniciando assim as primeiras discussões sobre a importância de organizar um espaço em defesa dos interesses e demandas trabalhistas da categoria profissional.

Após dois anos, ou seja, em 1979, conforme afirma Andrean (2020) em sua dissertação de mestrado sobre “A Organização Política das Assistentes Sociais em Londrina: 1960-1984”, as profissionais assistentes sociais de Londrina também criaram a Associação Profissional de Assistentes Sociais de Londrina - APAS/LDA⁶. Neste período histórico, a categoria profissional estava representada por duas entidades pré-sindicais e/ou Associação Profissional no Estado do Paraná, porém os desdobramentos históricos da organização, a categoria profissional deliberou posteriormente pela criação de uma única entidade sindical no Estado do Paraná formalizada então em 1983.

Na pesquisa documental⁷ foi identificado que a APASP - Associação dos Profissionais Assistentes Sociais do Estado do Paraná foi representada por 4

⁶ “Registrada no Ministério do Trabalho sob o nº 449, Cadastro Geral de Contribuinte (CGC) nº 78029428/0001-54” (ANDREAN, 2020, p.140)

⁷ Cópia do dossiê “SINDASP- Processo de Extinção”, CRESS 11ª Região sob o protocolo nº 4566. Estatuto da Associação Pré Sindical dos Assistentes Sociais do Paraná.



(quatro) gestões, que compreende a 1º Gestão que assumiu o período de 1977/1978, 2º Gestão 1978/1979, 3º Gestão 1979/1981 e a 4º Gestão de 1981-1983, de transição, a que coube a tarefa de iniciar o processo de formalizar a transformação da APASP em sindicato no ano de 1983.

O Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Paraná, após um intenso envolvimento e trabalho de seus protagonistas, conseguiram mobilizar a categoria profissional de todo o Estado e deliberar pela aprovação em assembleia geral ordinária em Curitiba/PR que aconteceu em 18/06/83, quando neste mesmo evento também foi aprovado seu Estatuto de funcionamento. O período até a decisão coletiva pela desativação de suas atividades sindicais, que aconteceu em 1994, foram eleitas 4 (quatro) gestões e/ou diretorias, que compreenderam: a 1ª Gestão: 1983 a 1986 SINDASP; 2ª Gestão: 1986 a 1989 SINDASP; 3ª Gestão 1989 a 1992/93 SINDASP; e 4ª Gestão 1993 a 1996 SINDASP⁸.

Pode-se destacar que tanto a criação da APASP, como a formalização do SINDASP junto ao Ministério do Trabalho, ocorreram com um intenso esforço, dedicação e envolvimento de seus protagonistas, pois a comunicação na década de 1970/80 era através de telegrama e muitas reuniões da categoria profissional aconteciam de forma clandestina, em meio a um contexto de ditadura militar, de repressão e cerceamento de direitos civis e políticos, especialmente no que diz respeito à organização coletiva dos trabalhadores.

Segundo análise documental, não haviam recursos financeiros para manutenção das atividades de organização pré-sindical, ou seja, nem da APASP, como também do sindicato e os recursos que advinham do imposto sindical eram ínfimos para manutenção das despesas da entidade. Também não havia sede própria e para manter suas atividades dependiam da articulação junto a Gestão do CRAS⁹ - Conselho Regional de Assistentes Sociais do Paraná, com o qual, por alguns períodos de tempo, quando havia congruência e apoio das gestões no que diz respeito a pauta de lutas, dividia-se o mesmo espaço físico, com repasse de

⁸ Cópia de Materiais Históricos Volume I e II. SINDASP. Ata de reunião da diretoria.

⁹ A lei vigente desde 1962, ao regulamentar a criação dos Conselhos Profissionais, denominou esta instância de Conselho Regional e Federal de Assistentes Sociais, respectivamente CRAS e CFAS. Com a nova Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662/93, as siglas CFAS e CRAS foram substituídas por Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).



contribuição financeira ao CRAS/CRESS, a fim de manter gastos de manutenção como telefone, luz, água, entre outros. Outra receita reconhecida eram as contribuições dos assistentes sociais associados, que mantinha minimamente a realização das atividades administrativas, de mobilização propostas pelas direções em cada gestão. É importante salientar que nas atas de reuniões vários membros da diretoria quando não tinham recursos para pagamento de despesas, a própria diretoria assumia com recursos particulares, para manter a luta e resistência da categoria profissional frente às demandas contraditórias impostas à classe trabalhadora no período.

Importante destacar que as atividades sindicais do SINDASP, pautaram-se a partir de discussões e deliberações da categoria profissional no âmbito da organização político-sindical nacional, com representação do Estado do Paraná nos espaços de organização e deliberação coletiva, por meio das assembleias, reuniões, seminários e/ou outras atividades organizadas pelo CENEAS - Comissão Executiva Nacional de Entidades de Assistentes Sociais e posteriormente através da pró-federação ANAS. As representações do Estado faziam a devolutiva através de espaços coletivos de luta organizadas pela categoria profissional tanto nas reuniões na Capital do Paraná como também, deslocavam-se para os municípios do interior como Cascavel, Ponta Grossa, Londrina, Foz do Iguaçu, Campo Mourão para fortalecer e organizar a agenda de lutas.

Sem dúvidas, cada realidade no Estado tinha suas especificidades e a profissão de Serviço Social, ainda “jovem”, estava começando a ocupar espaços de trabalho no setor público e privado, necessitando um olhar atento e próximo do sindicato como também do CRAS/CRESS. Estes realizavam várias atividades conjuntas de fiscalização, deixando evidente a compreendendo naquele momento da natureza de entidade representativa, especialmente nas questões que eram de âmbito trabalhista de responsabilidade do sindicato, ou seja, forma de contratação, piso salarial, condições de trabalho; e do CRAS/CRESS no que diz respeito à orientação e fiscalização do exercício profissional e defesa da profissão, conforme as prerrogativas do Código de Ética de 1986 em vigor no período.

A partir da mobilização e fortalecimento cada vez maior do Serviço Social no Estado do Paraná, que também articula com outras categorias profissionais,



movimentos sociais de defesa de direitos, partidos políticos, no período de 1983 a 1989, segundo relatório de extinção do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP, documento sob o protocolo nº 4566, revelam maior atuação do sindicato junto às demandas trabalhistas da categoria profissional, como também sua participação direta nas lutas gerais da classe trabalhadora.

Conforme aponta Rodrigues (1990) em julho de 1986, acontece uma virada na forma de organização sindical, quando acontece o II CONCURT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, sendo instância máxima de deliberação da CUT, aprova a campanha nacional de lutas e em uma das teses aprova e cria uma nova estrutura sindical de classe, em substituição a estrutura corporativista. A tese defende a organização por ramo de atividade ou produção econômica, substituindo os sindicatos por categoria, mudando deste modo totalmente seu perfil de organização rompendo com o corporativismo e buscando a autonomia sindical. A tarefa de implantação da nova estrutura sindical de classe cabia aos trabalhadores, desde suas bases até as instâncias superiores.

Após um período longo de debates sobre o tema, que perdurou entre 1986 até a decisão final de “extinção”¹⁰, das atividades sindicais em 1994, através da convocação da base, através inicialmente da organização de assembleias e/ou reuniões descentralizadas no ano de 1994 em Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Curitiba¹¹, que culminou no IV Congresso Estadual dos Assistentes Sociais, aconteceu em Curitiba no dia 27/08/1994, a discussão e deliberação sobre a decisão do Estado do Paraná frente a discussão nacional sobre os rumos da organização sindical no Brasil, considerando as deliberações da ANAS e a sistematização das discussões apresentada no VII CBAS em 1992.

Em uma das teses no VII CBAS, a assistente social, Maria de Fatima Azevedo Pereira¹², representante do Estado do Paraná argumentou:

...acabar com a corporação dos sindicatos de categoria e criar sindicatos por ramo de atividades é o grande desafio, esta é a transitoriedade do movimento sindical para todos os seus setores. Evidente que existem particularidades, mas são também no geral parecidas”. Avançando nesta

¹⁰ O termo “Extinção” utilizado pela categoria profissional é utilizado de forma equivocada, pois houve a Assembleia para deliberação através do IV CONEAS em 1994 mas não houve a baixa documental oficial no Ministério do Trabalho. Então as atividades sindicais ficaram suspensas e não extintas.

¹¹ Cópia da edição do Jornal do CRESS em Julho de 1994 publicação que antecedeu o IV CONEAS, Tema: “Os assistentes sociais do Paraná (re) discutem sua forma de organização sindical”

¹² Presidente do SINDASP - Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná - Gestão (1986-1989)



linha de raciocínio, a referida profissional adverte “ os problemas conjunturais [...], “ ...tem raízes mais profundas na necessidade de agrupamento por ramo de atividade e produção mais consequente para a luta que travam os trabalhadores por melhores condições de vida, trabalho, salário e finalmente por um governo que responda a seus anseios.

Encontramos também o posicionamento da assistente social Elza Maria de Campos¹³, na tese apresentada no III Congresso dos Assistentes Sociais do Paraná (1988) onde destacou que

... no aprofundamento da nova forma de organização dos sindicatos, podemos chegar a conclusão de que o melhor seria (e isto seria uma grande contribuição para dar um fim ao corporativismo conservador existente e muito no momento sindical), dissolver os sindicatos de categoria profissional. Isso é um assunto polêmico que será fruto de grandes debates na categoria a nível nacional.

Após o movimento intenso de discussões pela categoria profissional, segundo a descrição do Folder impresso da programação do IV CONEAS - Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Paraná que aconteceu em 27/08/94 foi possível realizar as análises e reflexões necessárias para a tomada definitiva de posição de forma madura. Ao nível nacional este debate ocorreu desde 1986 a partir da deliberação da CUT e ANAS, à luz da conjuntura socio-político-econômica do país naquele momento. Parafraseando a análise e avaliação final após a decisão dos membros da diretoria do SINDASP, da gestão (1993/1996), o Estado do Paraná, abriu um novo caminho e se une à luta nacional de organização da classe trabalhadora no âmbito sindical. A deliberação pelo fechamento das atividades sindicais da categoria profissional, produziu um salto de consciência para novas formas de organização e de luta, destacando a afirmação de Mauro Iasi, em uma palestra sobre Ideologia e Consciência de Classe¹⁴ afirma que “...o fenômeno social, se produz coletivamente e se expressa em uma consciência que antes não estava lá”.

4. CONCLUSÃO

¹³ Membro da diretoria do SINDASP - Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná - Gestão (1986-1989)

¹⁴ Teoria e Práxis. Palestra: **Ideologia e Consciência de Classe**. Mauro Luis Iasi. Realizada em 23 de Agosto de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-WVcq8r9QY&t=108s>.



No contexto de produção e reprodução das relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre o capital e o trabalho na sociedade capitalista, o Serviço Social estabelece um protagonismo que se destaca na organização política sindical no Estado do Paraná na década de 1970 e 1980, incorporando-se desta forma no movimento de luta e resistência da classe trabalhadora no mundo e especialmente na América Latina, contribuindo para a redemocratização e abertura política no país. Ao mesmo tempo este período marca o rompimento da profissão com suas bases conservadoras, estabelecendo seu compromisso ético-político, com a classe trabalhadora e com as lutas emancipatórias.

Neste raciocínio, pode-se afirmar que o processo de criação e posterior suspensão das atividades sindicais dos assistentes sociais no Estado do Paraná, acompanha o mesmo movimento dos assistentes sociais nos demais estados do país, no mesmo movimento de organização de vários segmentos representativos da classe trabalhadora, que sob a orientação da tese defendida pela CUT em 1986, passou a se organizar estabelecendo um processo intenso na organização de lutas, estabelecendo um avanço significativo de reconhecimento e pertencimento de classe e/ou consciência de classe, que avança conforme a premissa filosófica da teoria marxista na transposição do patamar da classe em si, para classe para si como unidade dialética e que leva a uma possível tomada de consciência de classe.

A suspensão das atividades do SINDASP/PR, não significou um retrocesso político organizativo, pelo contrário, significou a defesa e compreensão da necessidade histórica de um sindicato classista e que supere a fragmentação da classe trabalhadora em categorias profissionais.

O Serviço Social passa a estabelecer novas direções por intermédio de sua organização política no âmbito da defesa do exercício profissional e de sua organização político-sindical, que é marcado pela virada histórica de rompimento com o conservadorismo bem como um marco no processo de politização e organização dos profissionais como também dos estudantes de Serviço Social.

Neste sentido cabe uma grandiosa tarefa aos assistentes sociais em fortalecer seus espaços coletivos de discussão, recuperar a trajetória de lutas, conquistas e desafios vivenciados pelas vanguardas da categoria profissional e compreender que o projeto profissional, tem suas raízes nas instâncias



representativas e que estabelece a direção social da profissão comprometida com os interesses e lutas dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M.S.R.,. 40 Anos do "Congresso da Virada". In SILVA, M. L. O. (org.) **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo. Cortez, Cap. 1, p. 35-55. 2019.

_____. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria:1978-1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. SP: Cortez, 2019.

_____. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ANDREAN, R. A. de S. C. **A organização política das assistentes sociais em Londrina: 1960-1984**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social: UEL, 2020.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

CARDOSO, R. O. **Notas sobre a Organização Político-sindical dos Assistentes Sociais na atualidade**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

CRESS RJ. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Revista Em Foco**. Organização sindical dos assistentes sociais. Rio de Janeiro : CRESS, nº 7, setembro, 2011. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/em-foco-organizacao-sindical-dos-assistentes-sociais.pdf>

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R.. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, **Serviço Social em tempo de Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, J. B.. 50 Anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K., Engels, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo, Ed Expressão Popular. 2008.

16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

_____. **Capital Monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1ª ed. São Paulo, Ed Expressão Popular. 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: Os Militantes e a Ideologia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IASI, Teoria e Práxis. Palestra: **Ideologia e Consciência de Classe.** Mauro Luis Iasi. Realizada em 23 de Agosto de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-WVcq8r9QY&t=108s>.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

